



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

QUESTÃO DOS YANOMAMI

Cadeia nacional de rádio e televisão
Palácio do Planalto
29 de janeiro

O Governo tem dado especial atenção aos indígenas. Resolvido, com justiça e humanidade, o atrito dos yanomami com garimpeiros.

29 de janeiro — O Presidente José Sarney sanciona projeto de lei do Orçamento da União para este ano, sem atender às sugestões de vetos sugeridas pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN). O Ministro do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, explicou que o Presidente agiu dessa forma por respeito ao Congresso Nacional, que é contrário a qualquer modificação, e a fim de que o Presidente eleito tenha as mãos mais livres para reformulá-lo, se necessário.

— O Ministro da Justiça, Saulo Ramos, viaja para o território indígena yanomami, em Roraima, para verificar pessoalmente o problema dos índios, bem como o andamento da operação de retirada, pela Polícia Federal, dos garimpeiros invasores, iniciada no último dia sete. O Ministro terá também, em Boa Vista, reuniões com o Bispo D. Aldo Mongiano e com o Governador Romero Jucá Filho, além de representantes dos garimpeiros e do comércio local.

Brasileiras e brasileiros,

Venho falar-lhes de um problema humano e que toca a nossa sensibilidade: o problema indígena, sobretudo o

drama dos índios yanomami, com suas terras invadidas por garimpos, abrindo portas à poluição, às doenças, à destruição da fauna, da flora e de sua cultura milenar. Todos nós assistimos, estarecidos e comovidos, esses dias, a todo o noticiário sobre o assunto.

Eu quero recordar que fui eu quem fez o primeiro gesto governamental em favor dos índios yanomami: criei a reserva indígena; fiz um levantamento de toda a região — e naquela época identificamos 9 mil e 910 índios, localizados em grupos de aldeias e malocas distantes de 5 a 10 quilômetros uma das outras — e, em seguida, demarquei as terras.

Em 1987, a área foi invadida por garimpeiros. Eu mandei retirá-los pelo Exército e pela Aeronáutica. Meses depois, uma decisão liminar do então Tribunal Federal de Recursos suspendeu a ação do Governo.

Em setembro de 88, às vésperas da promulgação da Constituição, a área foi invadida, em poucas semanas, por cerca de 45 mil pessoas. Pensem bem: 45 mil pessoas na selva.

Então, tivemos um problema grave. E a retirada não podia, nem pode ser uma simples operação policial. Mas, como todos me conhecem, não sou um homem de violência; nós não podíamos fazer uma operação de guerra.

Assim, determinei uma operação de paz.

Recebi Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Ponte, Presidente e Secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. Eles denunciaram-me a situação sanitária da região. Eu aceitei o desafio de resolver o problema. Criei o Plano Emergencial de Saúde dos Índios Yanomami. O Plano está sendo executado com sucesso e com a ajuda de todos. Concomitantemente, determinei a retirada dos garimpeiros, sem violência, através do Plano de Defesa das Áreas Indígenas.

Pois bem, tivemos o risco de um grande confronto com os garimpeiros, que, devo recordar, são brasileiros como nós, são também sofrendores e se deslocam para aquela região, tocados pela miséria, em busca de trabalho e têm

uma vida miserável. Mas eles têm o direito de trabalhar. Esse direito está na nossa Constituição.

Então, quarta-feira passada, dia 24, em reunião com o Ministério da Justiça e outros órgãos federais, com a CNBB, com o Bispo de Roraima, com o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, e parlamentares, graças a Deus, nós encontramos uma solução para esse grave problema: os garimpeiros saem da área yanomami pacificamente; cria-se uma outra área garimpeira onde eles podem trabalhar sem a inquietação e sem esse atrito permanente em que vivem hoje. Essa área é a área garimpeira de Uaricá-Santa Rosa, criada por decreto, na semana passada.

Acertado este acordo, fomos surpreendidos por uma decisão da Justiça de Roraima, autorizando, de novo, o abastecimento dos garimpos naquelas áreas.

Então, o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, chamou a si a responsabilidade da operação que agora não pode mais ser impedida por juiz singular e somente pelo Superior Tribunal de Justiça.

E determinei que, depois de amanhã, o Ministro Saulo Ramos viaje para Roraima, a fim de fazer cumprir a Constituição e as leis do nosso País.

Corresponde ao meu Governo o grande momento da solução do problema das terras indígenas no Brasil.

Eu quero dar números. Há 80 anos foi criado, no Brasil, o Serviço Nacional de Proteção aos Índios. E durante 75 anos foram demarcadas 91 reservas de terras indígenas. Nos cinco anos do Governo do Presidente Sarney, nós demarcamos 163 reservas indígenas. Durante 75 anos, 12 milhões de hectares para os índios. Durante o meu Governo, 33 milhões de hectares.

Assim, nós estamos agindo, enfrentando o problema com fatos e não com palavras.

Todos estão lembrados, quando eu assumi, como esse era um problema difícil. Brasília permanentemente invadida pelos movimentos que vinham protestar em defesa dos índios. E reclamavam com justiça. Nós, hoje, temos um clima de diálogo, um clima de entendimento e também vamos proclamar um vasto trabalho realizado nesse terreno.

E a operação yanomami é um dos acontecimentos mais importantes que se pode registrar como uma demonstração de respeito aos direitos humanos no Brasil de hoje. Os yanomami terão paz em sua terra! E os garimpeiros terão lugar para trabalhar. Essa a finalidade da ação do nosso Governo.